

A INSPEÇÃO E AS PRÁTICAS AVALIATIVAS NA REVISTA A ESCOLA E NOS DOCUMENTOS OFICIAIS

Waléria Adriana González Cecílio
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
waleria.cecilio@pucpr.br

Neuza Bertoni Pinto
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
neuzabertonip@gmail.com

Resumo:

Este estudo tem como objetivo compreender a cultura escolar, práticas e representações relacionadas às finalidades da inspeção e das práticas avaliativas relacionadas aos saberes elementares matemáticos para o ensino primário no Paraná, nas duas primeiras décadas do século XX. Na perspectiva da História Cultural, o estudo particulariza como fonte de pesquisa a revista *A Escola*, regulamentos e relatórios de inspeção da Instrução Pública. O estudo constatou a figura do inspetor como instrumento de fiscalização e controle, assim como símbolo de autoridade e de poder; os exames como instrumentos simbólicos para propagar a importância da escola pública no meio popular; e ainda, a divulgação, por meio da imprensa, de práticas avaliativas extraordinárias implementadas por professores que, ao que tudo indica, conquistaram o respeito e a admiração das autoridades locais e do professorado.

Palavras-chave: avaliação; exame; cultura escolar; práticas e representações.

1. Introdução

A circulação e a apropriação dos saberes relacionados às práticas avaliativas da matemática escolar têm sido uma temática recorrente nas escolas, tendo em vista a liberdade de organização conferida às escolas por meio da legislação. A história é dinâmica e as situações mudam de acordo com o contexto de cada época, contudo, nem mesmo o tempo é capaz de apagar os indícios que permitirão compreender as práticas implementadas e entender porque determinados modos de avaliar permanecem vivos em nossas escolas. Nesta perspectiva, este texto tem como objetivo refletir sobre cultura, práticas e representações no domínio da avaliação da matemática escolar nas duas primeiras décadas do século XX, momento em que ocorre a implantação dos grupos escolares, símbolo de excelência da escola primária e parâmetro para a organização das escolas públicas republicanas. Na perspectiva da História Cultural, a pesquisa privilegia os estudos de (CERTEAU, 2002, 2011), (CHARTIER, 1990), (JULIA, 2001), (CHERVEL, 1990), (BARROS, 2011) e FOUCAULT (1979, 1986) e particulariza como fonte de pesquisa a revista *A Escola*, assim como código de ensino e

relatório de inspeção da Instrução Pública do ensino primário paranaense, disponíveis no Repositório do Projeto Nacional sobre a Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos da Escola Primária Brasileira.

No embate entre memórias da educação matemática primária paranaense, buscamos apreender as formas de avaliações prescritas e praticadas, de modo a perceber o quanto estas visões permanecem impregnadas em nossas práticas e representações. Entendemos que uma pesquisa sobre a história da avaliação escolar deve considerar as finalidades do meio, isto é, os motivos que levaram a instrução pública a alterar as práticas avaliativas, como a escola age para produzir as práticas e como estas funcionam.

Como prática organizada e sistematizada, a avaliação da matemática escolar se faz presente em todos os níveis de ensino e se realiza segundo objetivos explícitos ou implícitos, os quais refletem valores estabelecidos em determinado período histórico de uma sociedade. Assim, por ser dinâmica, e com situações que mudam de acordo com o contexto de cada época, a história deixa rastros que nos permitem compreender as mudanças também nas concepções de avaliação em cada tempo e espaço, entendendo porque determinados modos de avaliar parecem permanecer inalterados em nossas escolas.

2. Inspeção do ensino: cultura escolar, práticas e representação

Em Julia (2001), a cultura escolar é descrita como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos.

Corroborando o exposto, Chervel (1990) amplia a definição, defendendo que a cultural escolar não pode ser estudada sem levar em conta as relações conflituosas ou pacíficas que elas mantêm, assim como os vínculos que uma cultura escolar mantém com outras culturas, como a cultura política, econômica e religiosa. Na história da escola primária paranaense, a prática dos exames ocupou e ainda ocupa um lugar de extrema importância na cultura escolar. Pode-se dizer que estamos nos referindo a um espaço curricular repleto de práticas e representações de inspetores e professores. Neste contexto, Chartier (1990) observa que a cultura materializada nas práticas e representações, nos seus usos e modos de referir sobre o lugar e o tempo, bem como suas contribuições, remete a movimentos de transformação e apropriações realizadas pelos sujeitos desse processo.

Segundo Rosa Fátima de Souza, em *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX*, a profunda transformação do ensino primário que ocorreu nos finais do século XIX e início do século XX, no Brasil, acompanhou o movimento internacional, acarretando um profundo enriquecimento da cultura escolar:

Formulações doutrinárias e prescrições metodológicas foram constituindo uma rede de saberes sobre cada uma das matérias e uma pedagogia normativa alimentou os cursos de formação de professores, inspirou a produção de textos e fomentou um mercado editorial de livros e periódicos educacionais especializados.

(SOUZA, 2008, p. 21)

Atrelado a esse fato, França e Villela (2014, p. 134) destacam que “na virada do século XIX para o XX, ocorriam conflitos políticos no país, imigrantes estrangeiros chegavam e havia necessidade de se melhorar o nível de competência dos trabalhadores”. No início do século XX, o Brasil contava com orçamentos muito aquém das suas necessidades, e tal fato exigia urgentes providências. Sabendo que a produção depende da capacidade de quem produz e que o ignorante produz muito pouco ou nada, ficava evidente a urgente necessidade de investimentos em educação, e para isso a escola pública primária e gratuita mostrava-se como o caminho certo a investir.

Neste sentido, entendemos que foi apenas a partir da inspeção *in loco* das escolas primárias que se colocou em marcha um programa de reconstrução da escola pública paranaense. É importante destacar que essas inspeções não se orientavam somente na estrutura da escola, mas também dos materiais, das matérias, da obrigatoriedade, do recenseamento, da matrícula oficial, do funcionamento, da frequência das aulas, dos livros em geral, dos exames escolares entre outros.

Assim como Yazbek (2015, p. 101) descreve a reorganização político-administrativa de um hospital militar na obra *10 Lições sobre Foucault*, podemos pensar que a reorganização político-administrativa da escola primária não se deve apenas à reorganização da técnica e dos deveres do corpo de professores, mas também à necessidade econômica e social de proceder a um controle que permitisse vigiar os alunos nas escolas para que eles não a abandonassem, tendo em vista que tinham sido matriculados de maneira bastante custosa; pelo mesmo motivo, educá-los para garantir a melhora do nível de competência dos alunos, futuros trabalhadores nas mais diversas formas de trabalho; e evitar que os alunos permanecessem na

escola sem apresentar adiantamento nos exames de classe ou nos exames de promoção, garantindo a vida e o progresso da instrução pública. Assim, o que está em jogo é um exame minucioso do poder, trata-se do que Foucault chama de poder disciplinar:

[...] o exame combina técnicas de hierarquia que vigia e da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vem-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. No coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam.

(FOUCAULT, 1986, p. 164-165)

O relatório do inspetor geral de ensino Cesar Prieto Martinez, apresentado ao Secretário Geral de Estado, escreve que nenhuma empresa progride sem fiscalização e que quem a dirige tem que conhecer, como a palma de sua mão, os homens e as coisas que se concretizam diariamente, o que entra e sai, o que dá lucro e o que dá prejuízo, tudo o que diz respeito à integridade e ao progresso do estabelecimento. Nesse contexto, o relatório ressalta que a inspeção de ensino tem que ser forçosamente o *pivot*, em torno do qual o aparelho escolar se moverá, a fim de concentrar suas energias (PARANÁ, 1920).

Segundo Foucault (1979),

A disciplina é o conjunto de técnicas pelas quais os sistemas de poder vão ter por alvo e resultado os indivíduos em sua singularidade. É o poder de individualização que tem o exame como instrumento fundamental. O exame é a vigilância permanente, classificatória que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e, por conseguinte, utilizá-los ao máximo.

(FOUCAULT, 1979, p. 107)

Como exemplo, podemos considerar a figura do inspetor escolar, no início do século XX. O inspetor desempenhava um papel vital na fiscalização da escola primária paranaense. A sua existência era justificada como sendo indispensável para as condições de vida e progresso da instrução pública. Eram nomeados pelo Governador do Estado, por indicação do Diretor Geral, incumbindo-lhes, além de outras atribuições, visitas inesperadas às escolas de seus distritos com o objetivo de fiscalizar e controlar o cumprimento do regulamento vigente, assim como presidir os exames parciais e finais (orais e escritos) que ocorriam durante o mês de novembro, dando ciência de tudo ao diretor geral por meio do relatório.

Para os exames, o inspetor de ensino, além de fixar as datas, também definia a constituição da banca examinadora, que deveria ser composta por duas pessoas idôneas, convidadas com a devida antecedência. A função da banca examinadora era avaliar os alunos, interrogando-os conforme o programa de ensino vigente (PARANÁ, 1901, p. 89).

Neste contexto, sublinha-se que os exames finais eram seções abertas ao público, celebrados com muita pompa, e, em estilo de solenidade, eram conduzidos por meio de inspetores e pessoas de grande destaque na sociedade. Em meio às festividades dos exames finais, o regimento do Grupo Escolar Modelo de 1917 prevê a possibilidade de premiação de professores e alunos que, de certa forma, traziam prestígio e destaque ao ensino público: aos professores que, usando o método analítico (metodologia prescrita pela instrução pública), aprovaram pelo menos 80% dos seus alunos em dois anos consecutivos, e aos alunos que mais se distinguiram nos grupos. Para Barros (2011, p. 55), “o modelo cultural de Chartier é claramente atravessado pela noção de “poder”, o que, de certa forma, faz dele também um modelo de História Política”. Assim, entendemos que, ao longo do período estudado, os exames foram utilizados como instrumentos simbólicos para propagar a importância da escola pública no meio popular.

Como algo que foi engendrado, se faz necessário perceber os interesses políticos articulados no sistema de avaliação, identificar as estruturas que criaram as regras e as normas da avaliação escolar e, principalmente as práticas de exames relacionados aos saberes matemáticos que tinham, e que ainda tem, um forte poder de classificar, incluir e excluir o aluno da escola. Assim,

A distinção entre finalidades reais de objetivo é uma necessidade imperiosa para o historiador da disciplina. Ele deve aprender a distingui-las, mesmo que os textos oficiais tenham tendências a misturar umas e outras.

(CHERVEL, 1990, p. 190)

Essa visão do inspetor como instrumento de fiscalização e controle pode ser entendida como uma representação cultural. Segundo Chartier (1990), a representação está associada a um certo modo de “ver as coisas”, de dá-las a ver, de refigurá-las. Assim, entendemos que as representações do inspetor, com seus sutis deslocamentos são complementares a inúmeras práticas (BARROS, 2011, p. 46). Desta forma, tudo indica que, a partir da complementaridade entre práticas e representações, ao longo do tempo e espaço, desenvolveram-se projetos de

avaliação, como a avaliação da aprendizagem dos alunos, em especial a dos saberes matemáticos – que ocorre na escola, a avaliação da instituição como um todo – protagonismo do coletivo de profissionais – e a avaliação do sistema escolar – responsabilidade do poder público.

Segundo Chartier (1990, p. 27-28), devemos sempre procurar compreender as práticas que constroem o mundo como representação. Sendo assim, a utilização dos conceitos de práticas e representações instiga-nos a interrogar sobre o que fazem os “personagens dessa trama” com os regulamentos, normas e programas que lhes são prescritos.

Julia (2001) ensina que a história das práticas culturais é a mais difícil de ser reconstruída, porque ela não deixa traços, já que nem tudo que é evidente precisou ser dito ou escrito. Desta forma, o autor nos faz refletir que um bom historiador precisa ter um olhar microscópico, saber recontextualizar as fontes de que dispõe e ainda indagar sobre sua representatividade naquele momento histórico.

Em sua obra *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*, De Certeau (2011, p. 46) nos ensina que encarar a história como uma operação é “admitir que ela faz parte da ‘realidade’ da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada ‘enquanto atividade humana’, ‘enquanto prática’”. O autor parte do pressuposto de que é a relação social que determina o indivíduo, por isso só se pode apreendê-lo a partir de suas práticas sociais. Corroborando as considerações de De Certeau (2011), Chartier (1990) entende que não é possível separar as práticas de seus dispositivos legais e de suas formas de apropriação.

Desta forma, na perspectiva de Julia (2001, p. 13), ao buscar compreender o que ocorreu nesse tempo e espaço particular, usando uma metáfora aeronáutica, estamos tentando abrir a “caixa preta” da escola. Nesse sentido, queremos desvendar os meandros da avaliação escolar num contexto que envolve práticas e representações de professores.

3. O regulamento e as práticas avaliativas

A cultura de inspeção, exames e avaliação que se desenvolve nas práticas escolares, e o afastamento que podem apresentar em relação às culturas propostas nas normas e regulamentos de determinadas épocas ou regiões nos remetem à ideia de que os textos normativos devem sempre nos reenviar às práticas. Julia (2001, p. 10) enfatiza que normas e

práticas elaboradas segundo uma finalidade, sejam elas, religiosa, sociopolítica ou simplesmente da socialização, podem variar segundo a época, e não devem ser analisadas sem levar em conta os agentes que as criaram e os profissionais que as obedeceram. Assim, justifica-se nosso interesse em melhor compreender a relação entre o prescrito nos textos normativos e as práticas pedagógicas adotadas por professores.

Com relação ao prescrito nos textos normativos, em *Práticas de Avaliação e a Legislação para o Ensino Primário no Paraná*, Cecílio (2015, p. 5) nos fala sobre as prescrições publicadas no Regulamento da Instrução Pública do Paraná de 1901. Entre outras prescrições, sublinha-se que, caso o aluno apresentasse más notas nos *boletins quinzenais*, o professor poderia encaminhá-las aos pais, tutores ou outros responsáveis. Ainda, destaca-se que em toda escola pública haveria dois livros especiais, sendo um deles para registro de visitas, termos de exames e inventário escolar, e outro para matrícula de alunos. No primeiro livro, seria registrado, após os exames parciais e finais, quais alunos mostraram adiantamento em exames de classe, e quais os que foram aprovados em todas as matérias do grau a que pertence a escola. No que diz respeito aos deveres dos professores, o mesmo regulamento revela que o professor deveria encaminhar ao diretor geral, por intermédio dos inspetores escolares, no fim de cada ano, um relatório referente à situação de sua escola e adiantamento de seus alunos, acompanhado de um mapa em que figurassem todos os alunos, com as declarações respectivas sobre cada um.

Descrevendo a evolução dos dispositivos legais sobre os exames, Cecílio (2015) descreve as principais prescrições apresentadas no Primeiro Regimento Interno das Escolas Públicas do Paraná (1903). O documento, entre outras prescrições, relata a possibilidade de os professores aproveitarem alguns alunos para lhes auxiliarem a manter a ordem e a disciplina na escola, quando estes se destacavam por sua inteligência, estudo e comportamento. Ainda prescreve que, além dos exames finais, os professores deveriam sujeitar seus alunos a outros extraordinários, em qualquer época do ano, para a verificação do seu aproveitamento (PARANÁ, 1903, p. 8). Apesar de se tratar de um documento que normatizava a escola primária paranaense, o documento trazia, de certa forma, liberdade para o professor na adoção de práticas avaliativas que não necessitavam da presença dos inspetores. Entendemos que esta liberdade na adoção de exames extraordinários, mais tarde, passaria a fazer parte da cultura escolar, trazendo para as salas de aulas diferentes processos avaliativos.

Com relação aos exames de promoção, o Código do Ensino do Estado do Paraná (1915) prescreve a possibilidade de aplicação de exames extraordinários no mês de junho, aos alunos que se revelassem bem preparados nas matérias das séries em que estavam matriculados, assim como a possibilidade de aplicar exames extraordinários em qualquer época do ano para a verificação do grau de aproveitamento dos alunos (PARANÁ, 1915, p. 24).

Reconhecendo a cultura escolar como objeto histórico, Julia (2001, p. 34) nos leva a refletir que qualquer documento não é nada sem a comprovação de que o uso dele foi realmente feito pelo professor. Assim, não basta conhecer os regulamentos e regimentos que vigoraram em determinada época, mas, acima de tudo, tentar reconstruir as práticas de professores.

Com o objetivo de apresentar vestígios de processos avaliativos e preparatórios que ocorriam na escola primária paranaense, assim como, fragmentos do ideal de conduta de um professor, práticas mais eficientes para um determinado tipo de turma, formas de acompanhamento da aprendizagem da matemática escolar e de preparação do aluno para os exames parciais e finais fizemos uso de relatórios publicados na revista *A Escola*.

O relatório escrito por Julia Wanderley Petrich, regente da 1ª Cadeira para o Sexo Feminino da Capital – Curitiba, publicado em janeiro de 1906, traz concepções de avaliação, assim como apontamentos de práticas avaliativas realizadas durante o ano letivo. Frente à exposição da professora, ao que tudo indica, havia uma preocupação em registrar não somente presença e nota, mas também a aplicação e o comportamento de cada aluno, em um livro especial. Nas palavras de Julia Wanderley: “Em um livro especial faço diariamente as necessárias anotações sobre cada aluna, marcando as faltas, escriturando as notas e fazendo outras observações sobre a aplicação e o comportamento de cada uma”. A professora também relata que ministrava simultaneamente o ensino das diferentes matérias do respectivo programa escolar, dirigindo-se muitas vezes a cada aluna separadamente, a fim de verificar se realmente havia alcançado o aproveitamento desejado, e posteriormente registrava suas observações (PETRICH, 1906, p. 21).

No relatório publicado no segundo número da revista *A Escola*, a professora Josephina Carmen Rocha, regente da 1ª Cadeira Promiscua da Capital – Curitiba, descreve que procurava desenvolver um ensino fácil e atraente e procurava instigar o gosto e a dedicação ao estudo, tornando o ensino prático. Por exemplo, a professora cita que depois de uma

explicação de gramática os alunos realizavam análise das lições, escrevendo cartas e fazendo pequenas descrições de objetos do seu conhecimento. Assim, da mesma maneira, realizavam com os saberes elementares matemáticos, que compreendiam os conhecimentos de aritmética, geometria e desenho e demais matérias que faziam parte do programa de ensino (ROCHA, 1906, p.44).

Marcas da existência de um documento oficial, próprio para o registro de notas parciais de cada aluno, são deixadas por Lourenço A. de Souza, regente da 3ª Cadeira para o Sexo Masculino. Ele relata a necessidade de elaborar, entre outros materiais, boletins de aproveitamento mensais dos alunos, reforçando a prática repetida de avaliações extraordinárias no decorrer do ano letivo (SOUZA, 1906, p.79). Isso porque, no final do ano letivo, cabia ao professor encaminhar ao inspetor de ensino, entre outros relatórios, o mapa em que figuravam os alunos, com as declarações respectivas sobre cada um, assim como uma relação com o nome dos alunos que se encontravam em condições para prestar os exames.

Em 1920, o professor Cesar Prieto Martinez, inspetor geral do ensino relata sobre a exigência de colecionar os trabalhos realizados pelos alunos, tanto nos grupos como nas escolas isoladas. Em seu relatório o inspetor geral discorre:

Além de ser uma exposição dos trabalhos diários da classe atesta o funcionamento da escola e prova, pelo progresso que os alunos apresentam, a competência e o esforço do professor. Tem ainda a virtude de fazer notar as falhas do ensino, podendo a autoridade técnica intervir e apontar o caminho certo a seguir [...] nenhuma prova é ao meu ver mais patente. Vale por todos os exames de fim de ano [...] a escola que se descuida de guardar essas provas é porque as não realiza e nesse caso é porque não trabalha.

(PARANÁ, 1920, p.10)

Na sequência, sublinha que o ponto principal da eficiência do ensino está em os inspetores, quando em visita, pedir os trabalhos realizados nas classes e examiná-los demoradamente com atenção e interesse. Assim, indícios de um processo no qual o “prescrito” e o “praticado” coexistem são encontrados nos regulamentos da instrução pública e nos relatórios de professores.

No dizer de Julia (2001, p. 33), “a única restrição exercida sobre o professor é o grupo de alunos que tem diante de si, isto é, os saberes que funcionam e os que ‘não funcionam’ diante deste público”. Avaliar a aprendizagem do aluno com relação a matemática escolar foi,

e ainda é, uma tarefa complexa, que exige um olhar microscópico para os processos utilizados pelo aluno, assim como a análise dos resultados e dos objetivos fixados nas práticas avaliativas realizadas no cotidiano escolar.

Entendemos que as práticas docentes inseridas na escola primária paranaense são parte do que se entende por cultura escolar referenciada por Chervel (1990) e Julia (2001), e ainda que cada professor advindo de diferentes culturas influenciava e ainda influencia significativamente os contextos escolares.

4. Considerações finais

O estudo realizado permitiu uma incursão histórica nas práticas de inspeção que, ao que tudo indica, tinham como objetivo usar a figura do inspetor como instrumento de fiscalização e controle, assim como símbolo de autoridade e de poder; os exames parciais e finais como instrumentos simbólicos para propagar a importância da escola pública no meio popular, e ainda a divulgação, por meio da imprensa, de práticas avaliativas implementadas por professores, as quais visavam preparar o aluno para o sucesso nos exames parciais e finais, e que presumidamente conquistaram respeito e admiração das autoridades locais e do professorado.

Embora os exames apresentassem um forte caráter classificatório e regulatório, os exames aperfeiçoaram as práticas adotadas por professores, impulsionaram as mudanças nas prescrições, assim como a forma de classificação dos alunos em séries, e ao mesmo tempo tornaram-se meios eficientes de exposição social e de prestígio.

Por meio da análise de documentos, constatamos fragmentos de exames extraordinários que ocorriam ao longo do ano letivo. Professores que se destacavam eram convidados a escrever nas revistas pedagógicas de forma a disseminar suas práticas, que tinham como meta a busca por excelência no ensino primário paranaense.

Há de se considerar que a história da avaliação da matemática escolar não está desligada das reformas educacionais, da trajetória de professores, das inspeções, das histórias das disciplinas escolares e das instituições de ensino. Pode-se ainda, depreender das análises das prescrições e das práticas avaliativas adotadas por professores ao longo do tempo, que o professor como agente ativo do processo avaliativo, passou a ser o responsável pelas práticas

de exames, processos avaliativos e pelos resultados alcançados, usando a liberdade que lhe é atribuída.

Por fim, entendemos que toda reflexão sobre o que ocorreu em outra época aponta uma diversidade de apropriações, na medida em que dizem respeito às intenções legitimadas pelo Legislativo, as quais podem se tornar referência para o trabalho didático-pedagógico dos professores da atualidade.

5. Referências

BARROS, J. de A. A nova história cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 12, n. 16, 1º sem. 2011.

CECÍLIO, W. A. G. *Práticas de avaliação e a legislação para o ensino primário no Paraná*. 2015. Disponível em: <<http://www.cihem2015.com.br/>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

CHARTIER, R. *A história cultural: Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel. 1990

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. *A escrita da história*. 2.ed – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHERVEL, André. História das Disciplinas Escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Revista Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

FRANÇA, D. M. de A.; VILLELA, L. M. A. Os muitos “Rios” num esboço do Ensino da matemática. In: COSTA, D. A. da; VALENTE, W. R. (Orgs.). *Saberes matemáticos no curso primário: o que, como e por que ensinar?* São Paulo: Livraria da Física, 2014. p. 123-148.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Trad. Machado, R. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, SBHE/Autores Associados, n. 1, p. 9-43, 2001.

PARANÁ. *Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná*. 1901. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/123700>>. Acesso em 20 março de 2015.

_____. *Regimento Interno das Escolas Públicas do Estado do Paraná*. 1903. Disponível em: Arquivo Público do Paraná.

_____. *Código do Ensino do Estado do Paraná*. 1915. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99744>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

_____. *Regimento do Grupo Escolar Modelo*. 1917. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/117115> >. Acesso em 20 dezembro de 2015.

_____. *Relatório do Inspetor Geral de Ensino*. 1920. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99764>>. Acesso em 20 novembro de 2015.

PETRICH, Julia Wanderley. Relatórios. A ESCOLA. *Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná*, ano I, n. 1, p. 17-25, fevereiro, 1906, PR. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/116188>>. Acesso em 20 de dezembro de 2015.

ROCHA, Josephina Carmen. Relatórios. A ESCOLA. *Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná*, ano I, n. 2, p. 43-46, dezembro, 1906, PR. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/116186>>. Acesso em 20 de dezembro de 2015.

SOUZA, Lourenço A. Relatórios. A ESCOLA. *Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná*, ano I, n. 4, maio, 1906, PR. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/116190>>. Acesso em 21 de dezembro de 2015.

SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.

YAZBEK, André Constantino. *10 Lições sobre Foucault*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.